

Rumo ao 4º mandato: o que foi Lula na presidência do Brasil nos últimos três anos

Verena Glass*

Lula já afirmou que pretende disputar a reeleição à presidência do Brasil em 2026. Seria seu quarto mandato. Segundo a última pesquisa eleitoral realizada por uma das agências mais respeitadas do país (Quaest), ele aparece à frente em todos os possíveis cenários, tanto no primeiro e quanto no segundo turnos. Este é o quadro em janeiro de 2026, que consolida uma tendência que já vinha se desenhando em 2025.

Para parte dos eleitores, no entanto, o voto em Lula está, em maior ou menor grau, vinculado ao temor de uma possível volta da extrema direita ao governo. Isso porque a popularidade do presidente, apesar da boa colocação nas pesquisas de intenção de votos, tem sido menor do que a reprovação. Ou seja, 56% dos entrevistados pela Quaest no início de janeiro, por exemplo, consideram que Lula não “merece” mais um mandato. Sobre seu desempenho no atual governo, a pesquisa mais recente (AtlasIntel, divulgada no dia 21 de janeiro) aponta aprovação de 48,7% e desaprovação de 50,7%.

Os elementos pelos quais Lula é avaliado são obviamente bastante subjetivos. Sua habilidade de se movimentar com desenvoltura no tabuleiro geopolítico, por exemplo, lhe valeu vitórias importantes em 2025, como a reversão da taxa sobre produtos brasileiros e da aplicação da lei Magnitsky a personalidades do âmbito jurídico e político pelo presidente estadunidense Donald Trump. As medidas haviam sido cunhadas como uma retaliação política de Trump ao julgamento de Jair Bolsonaro na Suprema Corte brasileira, e exigiam a anistia do ex-presidente. Ao defender a soberania nacional e não se dobrar às pressões de Trump, no entanto, Lula passou a ser visto como um líder corajoso que, ao final do embate, neutralizou os ataques do opositor (eventualmente, as taxas e a aplicação da lei Magnitsky foram canceladas, o que foi considerado um grande êxito da diplomacia brasileira).

Ainda no âmbito das relações internacionais, à frente da presidência do Mercosul, do G20 e da COP 30 Lula também exerceu um protagonismo importante no ano passado, criando, inclusive, espaços mais democráticos de participação da sociedade civil nos eventos realizados no Brasil. Apesar de bem recebidos pela sociedade civil, no entanto, estes espaços pouco influíram nas decisões dos Estados no tocante a pautas emergências de organizações e movimentos sociais. Foi assim no G-20 Social e na COP 30. Já em relação ao Mercosul, o avanço das negociações do acordo de livre comércio com a União Europeia – que desaguou na sua assinatura em janeiro de 2026 -, prioridade absoluta de Lula, foi bem recebida pelo mercado, mas duramente criticado pelos movimentos populares, principais aliados do presidente.

Fato é que várias políticas públicas de cunho socioeconômico tiveram ótimos resultados no governo Lula 3. Em agosto de 2025, por exemplo, a taxa de desemprego foi de 5,6%, o menor índice desde 2012. Também a pobreza extrema e a pobreza geral atingiram seu menor nível desde 2012, e o Brasil saiu novamente do Mapa da Fome. Outro grande acerto de Lula foi a aprovação da isenção de Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, a retomada do programa de saúde Mais Médicos, e o de habitação popular, Minha Casa Minha Vida, entre outros.

Por outro lado, porém, setores mais atacados e fragilizados durante o governo Bolsonaro seguiram na mira da direita. Apesar do avanço (ainda que tímido) da demarcação de Terras Indígenas, foi sob o governo Lula que o Congresso Nacional aprovou o Marco Temporal, tese que limita o reconhecimento de terras e a proteção de direitos dos povos originários. Também foi sob Lula que foi aprovado o chamado Projeto de Lei da Devastação, que arrebentou o arcabouço legal da proteção socioambiental do país. E foi sob Lula que houve a liberação de uso de um número recorde de agrotóxicos – em 2025, foram aprovados 912 registros, uma alta de mais de 37% na comparação com 2024, ano em que o país já havia atingido o maior patamar da história, com 663 liberações. Estes elementos exemplificam tanto a dificuldade do governo de manter uma base aliada no Congresso Nacional, dominado por parlamentares de centro-direita, quanto uma predisposição para agradar ao setor ruralista, pilar da ultradireita, mas responsável pelo bom desempenho do PIB nacional via exportação de commodities agrícolas.

No rastro destas contradições, é possível afirmar que algumas pautas da oposição ou não moveram o governo à reação, ou claramente o agradaram. Nesse sentido, a base aliada se mostrou pouco ativa para evitar a aprovação do Marco Temporal, prioridade das bancadas ruralista e da mineração. Já no âmbito do PL da Devastação, o governo não apenas apoiou pontos da lei, como propôs uma medida que cria um licenciamento ambiental *fast track* (Licença Ambiental Especial – LAE, que pode tramitar em um período inferior a um ano) para projetos considerados estratégicos, como grandes obras de infraestrutura, projetos minerários, projetos energéticos, ferrovias e rodovias, etc.

Apesar de ter adotado, neste terceiro mandato, um discurso mais amigável ao meio ambiente – e ter, concretamente, diminuído o desmatamento da Amazônia –, o governo Lula incluiu no novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) obras de enorme impacto social e ambiental. Nesse sentido, Lula protagonizou os esforços para liberação da exploração de petróleo na foz do rio Amazonas, por exemplo. Também tem pressionado pela liberação da construção de ferrovias como a Ferrogrão, que atinge terras indígenas, assentamentos de reforma agrária e unidades de conservação, e abriu para a exploração privada três grandes rios da Amazônia (Tapajós, Madeira e Araguaia), sem licenciamento e sem Consulta Prévia a povos indígenas e tradicionais, como ordena a Convenção 169 da Organização Internacionais do Trabalho (OIT).

Além dos povos indígenas, cujos direitos seguem sob fortes ataques (incluindo o avanço da liberação de mineração e outras atividades predatórias em seus territórios), povos e comunidades tradicionais têm sofrido com o crescimento da violência no campo sem que o governo tenha adotado medidas efetivas de proteção. Apesar de ter recriado o Ministério do Desenvolvimento Agrário – e, com ele, algumas instancias importantes como a Ouvidoria Agrária Nacional –, os conflitos no campo aumentaram impunemente, principalmente com o fortalecimento da presença do crime organizado na invasão e grilagem de terras, no garimpo ilegal, no desmatamento ilegal e na sobreposição de grandes empreendimentos imobiliários a territórios tradicionais. Também a reforma agrária não deslanchou e, ao invés de avançar na criação de assentamentos, o governo inflou números e apenas regularizou a situação de centenas de famílias que já estavam na terra, segundo avaliação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

No atual cenário político, onde a direita brasileira não se acerta internamente quanto à estratégia eleitoral, as chances de Lula de vencer o pleito presidencial são grandes. Mas o último ano do seu terceiro mandato também apresenta enormes desafios. Como enfrentar a crescente violência no país, principal preocupação do eleitorado brasileiro? Como gerir a economia de forma que o controle da inflação não esteja acoplado a juros exorbitantes, que penalizam principalmente a classe trabalhadora? Como qualificar os empregos gerados, uma vez que grande parte deles pertence a um universo crescente de precarização e sub-remuneração? E, principalmente, quais as estratégias para garantir, nas próximas eleições, uma composição mais progressista do Congresso Nacional?

O terceiro mandato de Lula foi uma tábua de salvação num cenário de devastação deixado pela ultradireita bolsonarista. No entanto, o governo Lula 3 carece de vigor e não entusiasmou, nos primeiros três anos, seus apoiadores históricos. É preciso esperar um pouco mais para ver o que 2026 trará em termos de possibilidades reais de avanço para Lula, para o Brasil, para a América Latina e para o Planeta.

** Verena Glass é jornalista especializada em temas socioambientais e coordenadora de projetos da Fundação Rosa Luxemburgo Brasil e Paraguai.*